



SME SETE LAGOAS

Cuidador Infantil

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia e gêneros textuais.....	01
Significação de palavras e expressões. Relações de sinonímia e de antonímia	35
Ortografia.....	37
Acentuação gráfica.....	39
Uso da crase	40
Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. Locuções verbais (perífrases verbais). emprego de tempo e modos verbais. Função textual dos vocábulos	41
Funções do “que” e do “se”	48
reorganização da estrutura de orações e entre orações.....	52
Elementos de comunicação	57
funções da linguagem	59
Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego dos elementos de sequenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	
Domínio dos mecanismos de coerência textual	61
Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto	62
Períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação) Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).....	64
Concordância verbal e nominal	68
Regência verbal e nominal	69
Colocação pronominal.....	70
Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	72
Variação linguística	75
Exercícios	78
Gabarito.....	84

MATEMÁTICA

Conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. Conjunto dos números inteiros: operações. Conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real,

SUMÁRIO



intervalos	01
Sistema de medida, sistema métrico decimal, unidade de comprimento, unidades usuais de tempo.....	14
Razões, proporções, grandezas direta e inversamente proporcionais	18
Regra de três simples e composta	22
Porcentagem	24
Juros.....	26
Equações de 1º grau, sistema de equações	29
Cálculo de área e perímetros de figuras planas.....	37
Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos e tabela.....	39
Análise combinatória	41
Probabilidade.....	45
Exercícios	48
Gabarito.....	54

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Conhecimento da legislação no que se refere ao Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Profissionais do Quadro da Educação da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas	01
Estatuto dos Servidores Públicos de Sete Lagoas.....	18
Lei Orgânica do município.....	67

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cuidados com a criança: alimentação, higiene, saúde e segurança.	01
Desenvolvimento da criança.	39
Educação Inclusiva.	48
Educar e cuidar.	64
Jogos, brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil.	68
Noções sobre primeiros socorros.	78
REFERÊNCIAS - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras de creche: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB/2012.	103
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Livro de estudo: Módulo III. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. (Coleção PROINFANTIL, Unidade 6).	125
CRUZ, Sílvia Helena Vieira; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança. In: CARVALHO, Rodrigo Saballa de; FOCHI, Paulo Sérgio (Orgs). Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, set. / dez. 2017.	131
KISHIMOTO, T. M. A importância do brinquedo para a educação. Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ, ano 4, nº 8, p. 7-13, jan. / jun. 2002.	134
KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil. In: Anais do I seminário nacional: currículo em movimento. Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.	136
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.	139
PIOVESAN, Josieli et al. Psicologia do desenvolvimento. In: PIOVESAN, Josieli et al.	

SUMÁRIO



Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

- Linguagem Verbal é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



- Linguagem não-verbal é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



- Linguagem Mista (ou híbrida) é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em



Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0,1,2,3,4,5,6 \dots\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

- a) O sucessor de 0 é 1.
- b) O sucessor de 1000 é 1001.
- c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1,2,3,4,5,6 \dots\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é m-1.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$10 + 12 - 6 + 7$$

$$22 - 6 + 7$$

**LEI COMPLEMENTAR Nº 80 DE 04 DE SETEMBRO DE 2003**

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS, O ESTÍMULO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIDOR, SUA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Sete Lagoas, por seus representantes legais votou, e eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Profissionais do Quadro da Educação da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas.

Art. 2º A administração de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas será executada em obediência a diretrizes básicas, fixadas nessa Lei e demais normas aplicáveis, guiando-se, ainda, pelos princípios de equidade, impessoalidade, moralidade e reconhecimento do mérito funcional.

Art. 3º Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Plano de carreira - o conjunto de normas que agrupa e define as carreiras do quadro especial de profissionais da educação, correlacionando os segmentos e as respectivas classes de cargos nos níveis de escolaridade, de padrões de vencimento, bem como define critérios para desenvolvimento na carreira;

II - Carreira - o conjunto de segmentos de classes, com os respectivos cargos, tendo a mesma identidade funcional, dispostos hierarquicamente;

III - Segmento de classe - o conjunto de classes de atribuições da mesma natureza, observados os níveis de escolaridade exigidos, o grau de responsabilidade, a natureza e a complexidade das atribuições de acordo com os fins a que se destinam;

IV - Classe - o conjunto de cargos com a mesma denominação, para cujo exercício se exige o mesmo nível de escolaridade e a mesma responsabilidade;

V - Servidor Público é a pessoa legalmente investida em cargo ou função pública;

VI - Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidos ao respectivo titular.

VII - Cargo público de carreira, assim declarados em lei, de provimento efetivo, ocupados por servidores aprovados em concurso público;

VIII - Cargo público em comissão, assim declarados em lei, de livre nomeação e exoneração;

IX - Função pública é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas, transitoriamente, ao servidor público, ocupante de cargo público de carreira, quando do exercício de atividades de coordenação e/ou chefia;



Conhecimentos Específicos

Higiene, saúde e cuidado

A política de saúde no Brasil passou por diversas mudanças, as quais foram evidenciadas em diferentes contextos históricos. Impulsionando assim, um processo de visível evolução, que culminou no Sistema Único de Saúde (SUS), baseado no princípio constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado. Destarte, faz-se necessário remeter aos movimentos que viabilizaram a implantação do modelo da atual política de saúde¹.

No final da década de 1970, ganha destaque, na relação Estado-Sociedade, o movimento pela democratização da saúde, que, envolvendo intelectuais/profissionais de saúde, movimentos sociais e estudantes criou condições para a construção do projeto da Reforma Sanitária brasileira.

Durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em 1986, estavam postas as bases do movimento da Reforma Sanitária, buscavam um novo direcionamento para a política de saúde, até então seletiva e com caráter meramente curativo. Tal movimento, de cunho político-ideológico reivindicava uma saúde pública balizada nos princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Além desses princípios, vislumbrava-se um conceito mais amplo de saúde, passando a agregar fatores determinantes expressos através das condições de saneamento, moradia, alimentação dentre outros, os quais pudessem subsidiar um estado pleno de bem-estar físico, mental e social.

Diante das repercussões obtidas com o movimento da Reforma Sanitária a de maior relevância para a saúde foi a inscrição, na Carta Constitucional de 1988, do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído com a Lei Orgânica da Saúde (LOS), Lei n° 8.080/90, substituindo o Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS). Desta maneira, ao reconhecer a saúde como resultado das condições econômicas, políticas, sociais, culturais, e preconizada por lei, o Serviço Social passa a fazer parte do conjunto de profissões necessárias à identificação e análise dos fatores que intervêm no processo saúde/doença.

No Brasil, o processo de inserção dos assistentes sociais no âmbito da saúde pode ser caracterizado a partir da década de 1940, enquanto profissão institucionalizada. Período pelo qual o/a assistente social executava atividades distintas das quais realiza na contemporaneidade.

A este profissional era incumbido o papel de vigilância da saúde do operariado e de sua família, devendo este, através de visitas domiciliares verificar as condições de vida dos operários e solucionar os possíveis problemas, tendo como único fim a garantia da produtividade, denotando assim o caráter da subserviência da profissão a lógica do mercado.

Na contemporaneidade a profissão, assim como a política de saúde, avançou. O Conselho Nacional de Saúde - CNS, através da resolução nº 218/1997, reconheceu o assistente social como um dos treze profissionais de saúde de nível superior, junto com o biólogo, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

¹SANTOS, Andreza da Silva; et. al. A prática do assistente social no âmbito da saúde: impasses na dimensão ético-política da profissão. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba.